

# direitos humanos

↳ O PACTO DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS: esse pacto foi aprovado em 1966 e entrou em vigor em 1976, quando atingiu o número de ratificações necessárias.

Além da força jurídica vinculante inerente a um tratado internacional, contém previsões mais ampliadas em relação à Declaração, estabelecendo aos Estados tanto obrigações de natureza negativa, quanto positiva; imposição aos Estados-partes de implementação imediata dos direitos. Ainda, contempla novos direitos não previstos na Declaração, como a proibição da prisão por dívida, o direito da criança ao nome e à nacionalidade, proibição de propaganda de guerra, entre outros.

▷ o pacto tem relação com o Direito Penal e Processo Penal

▷ o comitê de D. Humanos é o organismo especificamente constituído pl monitorar o cumprimento do Pacto dos Direitos Civis e Políticos.

**importante** → as petições individuais ao Comitê de Direitos Humanos devem preencher os seguintes requisitos de admissibilidade: esgotamento prévio de todos os meios domésticos, pl tentar reparar a violação do direito, ou demonstração de prolongamento injustificado dos procedimentos nacionais; e ausência de litispendência internacional.

↳ Estado tem o prazo de 6 meses pl se explicar

Além das petições individuais, o Comitê de D. Humanos tem a atribuição de receber outros mecanismos de monitoramento: relatórios estatais sobre medidas legislativas,



administrativas e judiciais, e comunicações interestatais.

É importante mencionar que, assim como em todos os outros órgãos internacionais de proteção aos D. Humanos, essas petições individuais são apresentadas em face de Estados, e não de indivíduos que tenham praticado uma violação de direitos, porque o que justifica a petição é a violação de um dispositivo.